



QUESTÃO INDÍGENA

PF investiga genocídio da população ianomâmi

Inquérito vai apurar se o desamparo à etnia, sobre o qual houve vários alertas ao governo, foi negligência ou atitude deliberada

» VINICIUS DORIA

A pedido do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, a Polícia Federal (PF) abriu, ontem, um inquérito para apurar possível crime de genocídio e omissão de socorro contra os ianomâmis, em Roraima. O inquérito vai ser conduzido em sigilo, sob responsabilidade da Superintendência da PF em Boa Vista.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública aponta que o governo Bolsonaro ignorou ao menos 21 pedidos de ajuda feitos por entidades que representam os ianomâmis e organizações não-governamentais que atuam na região. Também teria menosprezado denúncias sobre a atuação ilegal de garimpeiros na terra indígena.

Em nota, a PF disse que irá “apurar os crimes de genocídio, omissão de socorro, crimes ambientais, além de outros crimes conexos” nas terras ianomâmis. Como “crimes conexos” está a exploração de garimpo ilegal, com identificação dos responsáveis, financiadores, fornecedores de equipamentos e insumos, além de facilitadores da atividade predatória. Nessa apuração podem entrar empresários e políticos que incitaram a ocupação ilegal das terras protegidas, mesmo que não haja atuação direta no cometimento dos ilícitos.

A Lei 2.889 tipifica genocídio como crime praticado por quem

Reprodução/Urihi Associação Yanomami



Imagens de indivíduos esqueléticos dão base à investigação, que pode enquadrar agentes públicos na perpetração de crime para dizimar um grupo

— “com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso” — assassina, causa grave lesão física ou psicológica, submete

peças a condições de existência que podem destruí-las, impede nascimentos ou promove a transferência forçada de crianças para outro grupo.

Omissão

A suspeita de crime de genocídio foi levantada por Dino na segunda-feira, após receber relatos

da grave crise humanitária que atinge os ianomâmis. Ele disse que houve “omissão da alta administração federal”. Ontem, em entrevista para *A Voz do Brasil*,

ele reforçou a acusação.

“Com o que vi, e com o que a sociedade viu, não tenho dúvidas de que havia, infelizmente, não só negligência, mas uma certa intencionalidade que vai ser apurada pela Polícia Federal”, reforçou. O inquérito, segundo Dino, precisa encontrar os responsáveis “pelo abandono sanitário e assistencial” dos ianomâmis para que sejam punidos. “A morte de mais de 500 crianças não pode ficar impune, e não ficará. Mas precisamos prevenir para que situações como essa nunca mais ocorram no Brasil”, afirmou.

Mais de mil indivíduos da etnia em situação crítica de saúde foram transferidos para Boa Vista, onde a Aeronáutica monta um hospital de campanha para reforçar o atendimento. Segundo informações preliminares do Ministério dos Povos Indígenas, cerca de 570 crianças morreram nos últimos meses por doenças, fome e contaminação por mercúrio — usado pelos garimpeiros para separar o ouro e altamente tóxico.

Dino responsabiliza o presidente Jair Bolsonaro de negligência com os ianomâmis. “A PF deve apurar se foi algo doloso ou se foi puramente negligência. Determino investigação de fatos, e não de pessoas. Quem definirá isso será a Polícia Federal, mas os fatos mostram que houve omissão da alta administração federal”, disse o ministro.

AGU atribui abandono de originários à gestão Bolsonaro

» TAINÁ ANDRADE
» KELLY HEKALLY
Especial para o **Correio**

O ministro da Advocacia Geral da União (AGU), Jorge Messias, afirmou, ontem, que vai buscar todas as alternativas possíveis para culpabilizar o governo Bolsonaro pelos cenários de devastação humanitária e ambiental contra os povos indígenas, sobretudo os ianomâmis. Durante café da

manhã com jornalistas, ele disse que o então presidente promoveu o abandono dos povos originários.

“Foram abandonados à própria sorte”, acusou, pouco antes de anunciar a recém-criada Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e do Meio Ambiente. Haverá, também, a criação de um grupo de trabalho, constituído por procuradores, que atuará na proteção e defesa das nações nativas. “Teremos uma virada com

relação à atuação no STF, para mostrar que essa nova gestão vem com outra perspectiva na pauta de direito ambiental e clima”, argumentou Mariana Barbosa Cirne, que assumirá a Procuradoria de Defesa do Clima.

A AGU também vai rever atos internos editados pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

(Ibama), esvaziados durante o governo Bolsonaro.

Em paralelo, o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu, ontem, abrir uma investigação para entender os motivos das “causas da vulnerabilidade” da saúde dos ianomâmis. O presidente da Corte, ministro Bruno Dantas, disse que as apurações contarão com o auxílio da Controladoria-Geral da União (CGU).

O inquérito entrará no âmbito de outro que tramita no TCU, instaurado em 2021, a pedido da CPI da Covid, em decorrência da demora do governo Bolsonaro em comprar as vacinas contra a doença e das condutas de enfrentamento à pandemia.

O Congresso solicitou ao tribunal que apurasse a execução orçamentária da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) — integrante do organograma do Ministério da Saúde —, que dispunha

de valores “expressivos” para a obtenção de medicamentos e insumos para atender às comunidades originárias. “Os recursos empenhados com saúde indígena no ano de 2021 atingiram o montante de R\$ 1,55 bilhão, sendo pagos R\$ 1,43 bilhão, valores bastante expressivos, indicativos da materialidade da política”, salienta um trecho da decisão que determina a investigação da situação de abandono dos ianomâmis.

VIOLÊNCIA

Marcola está de volta à Papuda após 11 meses

» HENRIQUE LESSA

Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, chefe de uma das principais organizações criminosas do país, foi trazido de volta, ontem, para o Complexo da Papuda. Ele cumpria pena na penitenciária federal de Porto Velho, onde ficou por aproximadamente 11 meses. Tanto em Rondônia quanto em Brasília, as autoridades obtiveram informações de que haveria um plano para resgatá-lo da prisão.

O anúncio foi feito pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, que justificou a medida como necessária para impedir a possível operação de comparsas para libertar Marcola. “A transferência foi feita de um presídio federal para outro exatamente visando prevenir um suposto plano de fuga ou resgate desse preso.

Portanto, essa operação se fez necessária para garantir a segurança da sociedade”, afirmou.

O chefe da organização criminosa está condenado a mais de 300 anos de prisão. A transferência de Marcola de Porto Velho para Brasília foi coordenada pela Secretaria de Políticas Penais do Ministério da Justiça e realizada sob forte esquema de segurança.

Insegurança

Marcola chegou em Brasília em 2019 e seguiu para Rondônia em março de 2022, atendendo a pedido do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha. A vinda do criminoso gerou um grande desconforto no Palácio do Buriti, que fez insistentes cobranças ao então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, para que o chefe de facção fosse transferido,



Presença do criminoso no DF era razão de desconforto para Ibaneis

uma vez que seria razão de intranquilidade para a população do DF.

“O clamor nosso é para que esses presos de alta periculosidade sejam encaminhados a outras regiões. Não que eles também não mereçam o cuidado devido, mas, aqui em Brasília, pelo nível de segurança que se tem que dar às autoridades que aqui residem, não é um local adequado”, afirmou o governador em março de 2022, quando da remoção do

criminoso para Porto Velho.

Na chegada de Marcola à Papuda, houve uma ostensiva operação de segurança em Brasília — um comboio com 15 carros da polícia abriu o caminho pelas vias até a penitenciária, enquanto helicópteros das forças de segurança supervisionavam o grupo. Já a operação de ontem foi mais discreta — quando Dino anunciou o retorno de Marcola à Papuda, a transferência já tinha sido realizada.



A transferência (de Marcola) foi feita de um presídio federal para outro exatamente visando prevenir um suposto plano de fuga ou resgate desse preso. Portanto, essa operação se fez necessária para garantir a segurança da sociedade”

Flávio Dino, ministro da Justiça e Segurança Pública

» 2.575 pessoas deixam escravidão

No ano passado, 2.575 trabalhadores foram resgatados de condições análogas à de escravidão, um terço a mais que em 2021. Desse total, 35 eram crianças e adolescentes. Os dados são da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, que realizou 462 fiscalizações, cujo resultado gerou mais de R\$ 8 milhões em verbas salariais e rescisórias — há ações ainda em curso e esse valor pode aumentar. Segundo a pasta, 148 vítimas eram imigrantes, sendo dois terços paraguaios. Dos 20 estados fiscalizados, Alagoas, Amazonas e Amapá não registraram casos. Minas Gerais foi o que teve mais ações, onde mais de mil pessoas foram resgatadas. A maior ação foi no município Varjão de Minas: 273 trabalhadores foram encontrados em condições degradantes na atividade de corte de cana-de-açúcar.